

ATA NÚMERO 327/XII/4.ª SL

Aos dezassete dias do mês de novembro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Deliberação sobre marcação da audição do Governo sobre as Propostas de Lei n.ºs 256/XII/4ª e 257/XII/4ª.
2. Outros assuntos.

1. Deliberação sobre marcação da audição do Governo sobre as Propostas de Lei n.ºs 256/XII/4ª e 257/XII/4ª.

O Senhor Presidente da Comissão iniciou os trabalhos dando as boas-vindas às Senhoras e Senhores Deputados.

De seguida, o Senhor Presidente da COFAP expôs os motivos da não convocação do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, nomeadamente a informação, por parte da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, em como se faria representar pelo Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sendo que o requerimento previa a presença da Senhora Ministra.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) declarou que na reunião da Comissão de Mesa e Coordenadores (de 12 de novembro) foi aceite, pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, que a Senhora Ministra de Estado e das Finanças tem legitimidade para se fazer representar pelo Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, e que esse entendimento ficou claro. Requereu que as audições do Governo no âmbito da Proposta de Lei n.º 256/XII/4ª (GOV) e da Proposta de Lei n.º 257/XII/4ª (GOV) se realizassem no dia 19 de novembro.

O Senhor Presidente afirmou que, caso os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP assim entendessem, deveriam ter proposto alterar o requerimento do PEV, uma vez que o mesmo foi aprovado consensualmente e as diligências foram efetuadas nesse sentido, de acordo com a deliberação ocorrida na reunião da COFAP de 24 de setembro.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Presidente questionou a Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) se considerava o requerimento do PEV ultrapassado ou não.

A Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) referiu que o requerimento, a partir do momento que foi aprovado pela Comissão passou a ser desta, e que a audição da Senhora Ministra é essencial para os esclarecimentos pretendidos pelo PEV, solicitando que a mesma se concretize. Acrescentou que dificilmente teria disponibilidade para participar na audição no dia 19 de novembro.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestou o entendimento de que as audições deverão ser efetuadas de acordo com os termos constantes dos requerimentos aprovados, não apoiando a proposta do PSD.

O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que se deveriam ter consultado os deputados da COFAP antes de não proceder à convocatória. Entendeu como pertinente que a Senhora Ministra de Estado e das Finanças opte por se fazer representar pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

O Senhor Presidente esclareceu que não tem dúvidas sobre qual a posição dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP quanto à audição da Senhora Ministra de Estado e das Finanças e de que a mesma ficou expressa na Reunião de Mesa e Coordenadores. O requerimento do PEV mantém-se e o requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP seria então para audição do Ministério das Finanças sobre a Proposta de Lei n.º 256/XII/4ª (GOV), dia 19 de novembro, pelas 9h30m e dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, sobre a Proposta de Lei n.º 257/XII/4ª (GOV), pelas 11h30m.

A Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) considerou inadequado que o Grupo Parlamentar proponente da audição não esteja presente na mesma e solicita que se tenha em consideração a indisponibilidade do PEV. O Senhor Presidente esclareceu que esta audição não anula o requerimento do PEV.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo reiterou que o Governo se pode fazer representar por quem entenda que está nas melhores condições para fazê-lo.

O Senhor Presidente notou que em caso de iniciativa do Governo ou no âmbito de debates o Governo tem legitimidade para escolher quem o representa, mas, quando a iniciativa parte dos Grupos Parlamentares, estes têm a legitimidade para escolher o membro do Governo que consideram mais adequado ouvir. O Senhor Presidente lembrou que, há algum tempo, o Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional tentou fazer-se substituir por um

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Secretário de Estado, no âmbito de uma audição regimental, e a Comissão competente em razão da matéria não aceitou.

A Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) declarou aguardar o cumprimento do requerimento do PSD e solicitou que a audição proposta pelo PSD se fizesse no dia 27 ou no dia 28 de novembro, após a conclusão dos trabalhos orçamentais.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) considerou estranho que as audições ocorram antes do debate na generalidade e que as mesmas devem ser efetuadas após aquele debate. Defendeu ainda que as audições não devem ocorrer durante a discussão e votação na especialidade do Orçamento do Estado.

O Senhor Presidente submeteu então a votação o requerimento oral do PSD com vista ao agendamento de audições, nos termos anteriormente referidos.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou a dificuldade da realização das audições nesta fase (discussão do Orçamento do Estado), atenta a proximidade do início da discussão e votação do Orçamento do Estado. Declarou não entender a urgência desta discussão impedindo uma adequada reflexão sobre o diploma e o assegurar da dignidade de todo o processo.

A Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) reiterou o apelo à maioria para que as audições se efetuem em 27 ou 28 de novembro e venceu não perceber a urgência no seu agendamento. Declarou o seu veemente interesse em estar na audição referente à Proposta de Lei n.º 257/XII/4ª (GOV) e voltou a solicitar o adiamento da audição.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo alegou que as audições já deveriam ter ocorrido no presente dia, precisamente para prejudicar o menos possível o processo e defendeu que o fator de perturbação foi a divergência quanto à audição da Senhora Ministra de Estado e das Finanças.

Foi, por fim, votado o requerimento do PSD, para audição do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia, no dia 19 de novembro, tendo este sido aprovado com votos a favor de PSD e CDS-PP e voto contra do PCP, encontrando-se ausentes o PS e o BE.

2. Outros assuntos.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A maioria apresentou um requerimento para distribuição, para que a COFAP solicite à UTAO uma avaliação do impacto orçamental das propostas de alteração ao Orçamento do Estado apresentadas, tendo sido consensualmente acordado remeter o documento à UTAO, para análise.

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de novembro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cristóvão Crespo
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
João Galamba
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Paulo Sá
Artur Rêgo
Conceição Bessa Ruão
Michael Seufert
Nuno Serra
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Paulo Correia
Pedro Filipe Soares
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Vieira da Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles
Duarte Pacheco
Pedro Nuno Santos